CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Gabinete de Mario Frias pagou R$ 154 mil a empresa citada em investigação do contrato de wi-fi da Prefeitura de SP

Complexsys recebeu verba de cota parlamentar do deputado do PL. Empresa é investigada por emitir nota fiscal cancelada de R$ 2 milhões à gestão Nunes, apresentada pela ONG Instituto Conhecer Brasil, entidade que pertence à produtora de um filme sobre Jair Bolsonaro.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	02/06/2026 00:00
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/02/gabinete-de-mario-frias-pagou-r-154-mil-a-empresa-citada-em-investigacao-do-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sp.ghtml
Relevância	Alta · Política · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Ricardo Nunes, André Feldman, Jair Bolsonaro, Marina Pedersolli
Organizações	Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP, Secretaria Municipal de Inovação, Secretaria Municipal de Tecnologia
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 29/09/2026 10:30
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• O gabinete do deputado federal Mario Frias (PL) destinou ao menos R$ 154 mil da cota parlamentar para a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa citada na investigação da Polícia Civil sobre suspeitas de irregularidades em contratos entre o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Prefeitura de São Paulo.

• Dados do Portal da Transparência da Câmara dos Deputados mostram que a Complexsys recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre setembro de 2024 e abril de 2026.

• Antes da contratação da Complexsys, o mesmo serviço era prestado pela GTrend, empresa de Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Gama.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

• A Complexsys afirmou que os pagamentos mencionados pela reportagem são decorrentes de contrato de prestação de serviços de licenciamento de tecnologia, com a finalidade de disponibilizar o sistema CRM POLÍTICO, realizados de forma mensal, no valor de R$ 7.700.
• Os pagamentos à Complexsys foram realizados com recursos da cota parlamentar de Mario Frias para serviços descritos como "CRM Político", sistema utilizado para gestão de relacionamento com eleitores, organização de demandas e acompanhamento de atividades do mandato.
• O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais (defesa/posicionamento)
• Documentos obtidos pela equipe de reportagem mostram ainda que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys ao gabinete de Mario Frias utilizavam descrições idênticas para os serviços prestados, apesar de terem sido emitidas por empresas diferentes e em períodos distintos. (defesa/posicionamento)
• Um dos focos da investigação da Polícia Civil é a relação entre o Instituto Conhecer Brasil e a Complexsys, que era contratada pela ONG para prestar serviços à Prefeitura de São Paulo (leia mais abaixo).
• A empresa pertence ao empresário André Feldman, que aparece em fotografias publicadas nas redes sociais ao lado de Karina Gama.
• Entre os documentos analisados está uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025 por supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos. (defesa/posicionamento)
• Em maio, a Complexsys Soluções Integradas Ltda. afirmou que acompanha "com serenidade" a investigação conduzida pelas autoridades e que atua como "mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil".
• A polícia também apura a relação entre o instituto e empresas subcontratadas, entre elas a Complexsys.



Imagem: reprodução / g1

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

RESUMO

O gabinete do deputado federal Mario Frias (PL) destinou ao menos R$ 154 mil da cota parlamentar para a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa citada na investigação da Polícia Civil sobre suspeitas de irregularidades em contratos entre o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Prefeitura de São Paulo. Dados do Portal da Transparência da Câmara dos Deputados mostram que a Complexsys recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre setembro de 2024 e abril de 2026.

O gabinete do deputado federal Mario Frias (PL) destinou ao menos R$ 154 mil da cota parlamentar para a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa citada na investigação da Polícia Civil sobre suspeitas de irregularidades em contratos entre o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Prefeitura de São Paulo.

O ICB é presidido pela empresária Karina Gama, sócia da produtora Go UP, responsável pelo filme "Dark Horse", sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na segunda-feira (1º), a Polícia Civil realizou uma operação para investigar o contrato da entidade com a gestão Ricardo Nunes (MDB). A operação foi deflagrada na segunda-feira (1º).

Dados do Portal da Transparência da Câmara dos Deputados mostram que a Complexsys recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre setembro de 2024 e abril de 2026. Entre abril de 2023 e agosto de 2024, a GTrend recebeu R$ 115,6 mil do gabinete do deputado.

Antes da contratação da Complexsys, o mesmo serviço era prestado pela GTrend, empresa de Wemerson Marinho da Gama, ex-marido de Karina Gama.

A reportagem procurou o gabinete de Mario Frias, que não se manifestou.

A Complexsys afirmou que os pagamentos mencionados pela reportagem são decorrentes de contrato de prestação de serviços de licenciamento de tecnologia, com a finalidade de disponibilizar o sistema CRM POLÍTICO, realizados de forma mensal, no valor de R$ 7.700. Todos com emissão de notas fiscais e relatório da prestação realizada. A empresa permanece à disposição das autoridades competentes para quaisquer esclarecimentos.

Wemerson disse que entrou na contratação de boa-fé e se dedicou a entregar o que foi combinado.

A troca de empresas ocorreu logo após o fim do relacionamento entre Wemerson e Karina. Segundo apuração da GloboNews, Wemerson afirmou acreditar que sua empresa foi contratada em razão da ligação familiar com a empresária.

Segundo ele, embora tenha executado parte dos serviços, muitas das propostas apresentadas ao gabinete eram recusadas.

Os pagamentos à Complexsys foram realizados com recursos da cota parlamentar de Mario Frias para serviços descritos como "CRM Político", sistema utilizado para gestão de relacionamento com eleitores, organização de demandas e acompanhamento de atividades do mandato.

LEIA MAIS:

- Investigação aponta que contrato do WiFi Livre SP com ONG cobrava pelo menos duas vezes mais por ponto de internet do que a Prodam

- OUÇA E ENTENDA: A nova suspeita de fraude no caso 'Dark Horse' - O Assunto #1732

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

- Karina Gama: produtora de 'Dark Horse' foi promotora de literatura cristã, fez campanha para Mário Frias e comanda contrato de wi-fi com Prefeitura de SP

- Nunes diz que dona de ONG investigada é 'trabalhadora e decente' e fala em perseguição política por filme sobre Bolsonaro

O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Documentos obtidos pela equipe de reportagem mostram ainda que as notas fiscais emitidas pela GTrend e pela Complexsys ao gabinete de Mario Frias utilizavam descrições idênticas para os serviços prestados, apesar de terem sido emitidas por empresas diferentes e em períodos distintos.

O g1 procurou Mario Frias, Karina Gama, o Instituto Conhecer Brasil e a Complexys, mas não obteve retorno até a última atualização desta reportagem.

Nota de R$ 2 milhões

Um dos focos da investigação da Polícia Civil é a relação entre o Instituto Conhecer Brasil e a Complexsys, que era contratada pela ONG para prestar serviços à Prefeitura de São Paulo (leia mais abaixo).

A empresa pertence ao empresário André Feldman, que aparece em fotografias publicadas nas redes sociais ao lado de Karina Gama. A polícia apura pagamentos e documentos apresentados pela organização social à Prefeitura de São Paulo para comprovar a execução do contrato de instalação de redes de wi-fi em comunidades da capital.

Entre os documentos analisados está uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys em novembro de 2025 por supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos.

O g1 consultou os registros da Prefeitura de São Paulo e verificou que a nota consta como cancelada no sistema oficial. Segundo os dados municipais, o cancelamento ocorreu no mesmo dia da emissão, em 6 de novembro de 2025.

Apesar disso, o documento foi incluído pelo Instituto Conhecer Brasil na prestação de contas entregue à prefeitura em fevereiro deste ano.

Em maio, a Complexsys Soluções Integradas Ltda. afirmou que acompanha "com serenidade" a investigação conduzida pelas autoridades e que atua como "mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil".

A empresa declarou ainda que não existem, até o momento, conclusões definitivas que justifiquem qualquer responsabilização e defendeu a observância dos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da presunção de inocência.

"A empresa permanece à disposição das autoridades para os esclarecimentos necessários", informou.

Operação

A Polícia Civil investiga suspeitas de irregularidades no contrato de R$ 108 milhões firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil para instalação de pontos de wi-fi gratuito em comunidades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Segundo o inquérito, há suspeitas de direcionamento do chamamento público, ausência de capacidade técnica da entidade, pagamentos por serviços não executados e possível sobrepreço.

A polícia também apura a relação entre o instituto e empresas subcontratadas, entre elas a Complexsys.

Na operação, foram recolhidos computadores, celulares, documentos e notas fiscais na Prefeitura de SP e na ONG. A polícia cumpriu, ao todo, sete mandados de busca e apreensão nos endereços ligados à dona da produtora e também na sede da Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação, responsável pelo contrato entre a gestão municipal e a ONG.

Conforme o g1 publicou, tanto a ONG quanto a empresa do filme funcionam oficialmente no mesmo endereço da Avenida Paulista, mas as duas mudaram para endereços na Rua Haddock Lobo, nos Jardins, sem atualização formal nos registros estaduais e federais.

A empresária Karina Ferreira da Gama, dona da ONG Instituto Conhecer Brasil e da empresa que produz o filme sobre Jair Bolsonaro — Foto: Montagem/g1/Reprodução/Redes Sociais

- PERFIL: Como Karina Gama, produtora do 'Dark Horse', foi promotora de literatura cristã, fez campanha para Mário Frias e comanda contrato de Wi-Fi com a Prefeitura

- Suspeita de confusão patrimonial e de desvio de recursos: o que levou a polícia até a ONG da mesma dona de produtora do filme de Bolsonaro

Em nota, a Prefeitura de São Paulo disse que colabora com investigações e que todo o material requisitado na manhã desta segunda já havia sido encaminhado às autoridades e é, desde sempre, de acesso público através da prestação de contas do município. Acrescentou ainda que "o programa funciona normalmente na cidade". (Leia a íntegra da nota ao final.)

A reportagem também procurou a ONG para comentar a operação, mas não recebeu retorno até a última atualização desta reportagem.

A investigação da Polícia Civil foi aberta a pedido do Ministério Público. No inquérito da operação desta segunda (1°), a promotora Marina Pedersolli diz que o contrato com a gestão Nunes tem indícios de "possível direcionamento do chamamento público, ausência de capacidade técnica da entidade contratada, suposto sobrepreço nos valores pagos pela Administração Municipal, antecipação de repasses públicos e pagamentos por serviços supostamente não executados".

"A autoridade policial também menciona suspeitas de pulverização dos recursos públicos por meio de subcontratações com empresas privadas, além de possível utilização de valores oriundos do contrato público para financiamento de produção cinematográfica vinculada à investigada Karina Gama", escreveu Pedersolli.

Os registros oficiais que indicam que a produtora do filme sobre Bolsonaro e a ONG Instituto Conhecer Brasil (ICB) funcionam no mesmo endereço. — Foto: Reprodução/Jucesp e Rede Sim/Receita Federal

O que diz a gestão Nunes

"A Prefeitura de São Paulo informa que colabora com investigações em andamento e segue à disposição das autoridades, tendo já prestado informações. Todo o material requisitado na manhã desta segunda-feira já havia sido disponibilizado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público, por meio da prestação de contas do município. A administração ressalta que o programa funciona normalmente na cidade e pode ser acompanhado em tempo real no link https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Por volta das 9h desta segunda-feira, dos 3,2 mil pontos contratados pela prefeitura, apenas 52 estavam off-line e passavam por manutenção. Não houve pagamento por parte da administração para 5 mil pontos. O aditivo em questão é exclusivamente para manutenção dos 3,2 mil pontos já instalados nas comunidades periféricas da cidade.

A prefeitura reforça que toda a prestação de contas, com documentos, notas fiscais, contratos e outras informações, está no sistema SEI, que é público. O processo passou também por acompanhamento do Tribunal de Contas do Município (TCM). A Prefeitura repudia veementemente ilações de desvios de recursos públicos, uma vez que o contrato do Instituto Conhecer Brasil seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade.

Vale lembrar que o chamamento público, aberto por 30 dias para qualquer entidade interessada, ocorreu em 2024, quando não havia sequer produção do filme mencionado, e o processo cumpriu todas as exigências legais. Para 2026, o custo estimado na parceria com o instituto corresponde a R$ 1.280,80 por ponto/mês, significativamente menor do que as propostas recebidas em 2022, de R$ 2.026,26 por ponto/mês e R$ 5.092,14 por ponto/mês."

Karina da Gama é recebida pelo Prefeito Ricardo Nunes (MDB), em visita na sede da Prefeitura de SP, no Centro. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

O que diz o MP

O MP investiga os contratos da ONG em duas frentes: na Promotoria Patrimonial e também na Criminal.

Em nota, a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, informou que "há um inquérito civil em andamento para apurar eventuais irregularidades no Termo de Colaboração n. 01/SMIT/2024, firmado entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e Instituto Conhecer Brasil, cujo objeto consiste na implantação, operação e manutenção de 5.000 pontos de acesso à rede de wi-fi pública em comunidades do município, pelo prazo de 12 meses".

A promotoria diz ainda que há "notícia de: A) suposto direcionamento do chamamento público anterior; B) ausência de justificativa técnica ou econômica para o ajuste com organização da sociedade civil; C) celebração de três aditamentos contratuais em sequência, com intervalos de pouquíssimos dias entre a sua solicitação e a efetiva formalização; e D) repasses financeiros originalmente previstos para fases posteriores do ajuste e referentes a serviços ainda não implantados".

#1732

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/02/gabinete-de-mario-frias-pagou-r-154-mil-a-empresa-citada-em-investigacao-do-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sp.ghtml · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 28/11/2026 00:08

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.